

BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL DA ECONOMIA BRASILEIRA MAIO DE 2024

SIQUEIRA DA SILVA, Adriano Jose¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral pesquisa, reflexão e análise da situação atual da Economia Brasileira, através de pesquisa bibliográfica de artigos recentes que tratam da conjuntura atual da Economia Brasileira. Tem como objetivos específicos atender a alta demanda de informações econômicas, essencial para otimizar processos decisórios estratégico e tático bem como também subsidiar a otimização conjuntural de orçamentos e planos de negócio. Atende também a cidadãos brasileiros e estrangeiros que desejam ter informações que os auxiliem em planejamento. A importância de artigos como este é que a conjuntura econômica tem diversos efeitos fundamentais na qualidade de vida e segurança de todas as pessoas residentes e de não-residentes que intentem possuir patrimônio no território nacional. Além disso a maioria das pessoas físicas e jurídicas não tem acesso a sínteses e resumo de questões econômicas conjunturais pois são expostas quase diuturnamente a uma série de dados econômicos sem tratamento analítico adequado e resumido. Pesquisou-se e analisou-se, de forma resumida, a atualidade das variáveis macroeconômicas mais relevantes bem como também tendências estruturais da Economia Brasileira. Pela sua extensão, o assunto não pode ser detalhado e esgotado em apenas um artigo, mas pretende-se aqui conceder um panorama geral e introdutório da realidade atual que possa servir na otimização de direcionamentos, planos e também contribuir para ampliar discussões e o necessário e devido senso crítico.

Palavras-Chave: Economia Brasileira. Conjuntura. Situação Fiscal. Situação Monetária. Investimentos.

¹ Adriano Jose Siqueira da Silva, Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Mestrado acadêmico pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

ABSTRACT

This article has the general objective of research, reflection and analysis of the current situation of the Brazilian Economy, through bibliographic research of recent articles that deal with the current situation of the Brazilian Economy. Its specific objectives are to meet the high demand for economic information, essential for optimizing strategic and tactical decision-making processes, as well as supporting the cyclical optimization of budgets and business plans. It also serves Brazilian and foreign citizens who wish to have information to help them with planning. The importance of articles like this is that the economic situation has several fundamental effects on the quality of life and security of all residents and non-residents who intend to own assets in the national territory. Furthermore, most individuals and legal entities do not have access to syntheses and summaries of current economic issues as they are exposed almost daily to a series of economic data without adequate and summarized analytical treatment. The current nature of the most relevant macroeconomic variables was researched and analysed in summary form, as well as structural trends in the Brazilian Economy. Due to its length, the subject cannot be detailed and exhausted in just one article, but the aim here is to provide a general and introductory overview of the current reality that can serve to optimize directions, plans and also contribute to broadening discussions and the necessary due critical sense.

Keywords: Current Brazilian Economy. Tax Status. Monetary Situation. Investments.

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado neste artigo busca contribuir para ampliar e incentivar o conhecimento, discussão e participação acerca da conjuntura econômica do país e ao mesmo tempo conceder algumas informações econômicas relevantes da atual situação da economia brasileira.

Este tema torna-se ainda mais fundamental e importante pois além da Economia afetar de forma fundamental a qualidade de vida de todas as pessoas físicas e jurídicas do país e também por diversas outras razões pertinentes, torna-se importante que a discussão desse tema seja mais abordada de forma mais científica considerando-se o momento atual onde há excesso de informações e “desinformações” superficiais circulando nas redes sociais da internet. Além disso e, com muita frequência, as principais empresas de imprensa (jornais, revistas, sites, etc) não tem tratado o assunto com a profundidade e o rigor

científico necessários; e isto tem gerado interpretações com nível maior de equívocos e omissões. Informações equivocadas de Economia podem gerar decisões equivocadas ou não otimizadas de investimentos para o curto, médio e longo prazo. Isso sem mencionar que a “desinformação” econômica pode gerar conflitos de ordem até mesmo social e política.

O assunto é extenso e de interesse social e, assim, se demanda uma sintetização e simplificação do conhecimento para torna-lo acessível e desejado considerando-se a necessidade imperativa e frequente de otimização do tempo nos tempos modernos. Sendo assim o assunto não irá abordar uma fundamentação profunda de ordem matemática pelo fato de se limitar no espaço de um artigo, mas irá se fundamentar em uma lógica macroeconômica. A Economia por ser uma ciência social tem alto grau de análises lógicas de ordem subjetiva apesar de ter relevantes possibilidades de objetividade através do uso de ferramentas matemáticas econométricas, estatísticas, etc.

Com o intuito de permitir o acesso a um número maior de cidadãos optou-se por simplificar a linguagem e as respectivas análises deste artigo. Optou-se por dividir os assuntos macroeconômicos em subtítulos de por temas conjunturais como Renda, Investimentos, Situação Fiscal e Situação Monetária (incluindo câmbio e situação externa). Cada um desses temas afeta de alguma forma os demais pois a Economia tem características “sistêmicas” onde as variáveis econômicas tem influência sobre as demais com maior ou menor grau.

Sendo assim, conclui-se que o objetivo deste artigo é de resenha (um resumo analítico) da atual conjuntura econômica, contribuindo para se ampliar um pouco o vasto conhecimento econômico conjuntural, estimular mais análises e discussões reflexivas e críticas da Economia Brasileira e, por conseguinte, da situação social decorrente. Espera-se que quanto mais esse tipo de conhecimento se amplie mais “otimizadas” serão as decisões e iniciativas de ordens empreendedoras, sociais e políticas das pessoas físicas e jurídicas de nossa sociedade. Por ser esta uma análise de conjuntura econômica juntamente com o fato de ser em formato de artigo, cuja extensão é limitada, não se estendeu a análise para história de evolução de variáveis macroeconômicas.

É importante lembrar que as Ciências Econômicas por serem tipificadas como Ciência Social, tem em suas análises grau relevante de subjetividade apesar de muito se utilizar de dados matemáticos e estatísticos. Isto porque questões subjetivas como comportamento decisório humano e humores sociais e individuais, com altíssimo grau de subjetividade, afetam resultados micro e macroeconômicos numéricos e não-numéricos. Assim há de se considerar, obviamente, essa característica das análises econômicas para o presente artigo.

A estrutura deste artigo consiste de cinco capítulos: Introdução, Metodologia Utilizada, Referencial Analítico, Considerações Finais e Referências Bibliográficas. Ressalta-se que o capítulo de Referencial Analítico compõe-se, por sua vez, dos subtítulos dos temas abordados como Renda, Investimentos, Situação Fiscal e Situação Monetária (incluindo câmbio e situação externa).

2 METODOLOGIA UTILIZADA

O presente artigo tem como base metodológica a pesquisa bibliográfica. Esta, segundo Lakatos e Marconi (2010) parte de outras pesquisas, dados e informações que foram publicadas em forma de livros, revistas, jornais e outros formatos utilizados pela imprensa escrita. A finalidade é o auxílio ao pesquisador no levantamento das informações sobre determinado assunto e possibilitar o acesso às investigações realizadas. A esta pesquisa, incorporou-se resultados obtidos na leitura de artigos publicados na internet, em sites especializados institucionais e da grande imprensa. Por ser uma análise conjuntural recente e atual privilegiou-se a busca de dados nestes sites especializados institucionais e da grande imprensa pelo fato de se ter escassez de artigos científicos que tratam dos dados dos últimos seis meses e da integralidade do último ano de 2023 inclusive. A maioria de dados e informações conjunturais relevantes para uma análise com dados e informações atualizados tem poucos dias e semanas de pós lançamento e, dessa forma dados extremamente recentes somente podem ser acessados por sites institucionais de origem ou pela imprensa composta de jornais, revistas e sites. Disso decorre esta característica especial do referencial bibliográfico no último capítulo.

Após a seleção da bibliografia, detectou-se a problemática do assunto e, a partir desta, procedeu-se a elaboração da presente discussão analítica.

3 REFERENCIAL ANALÍTICO

Este artigo compõe-se da apresentação e análise dos temas principais propostos os quais, por sua vez, são os subtítulos Renda e Consumo, Investimentos, Situação Fiscal e Situação Monetária (incluindo câmbio e situação externa). Subtítulos estes compõe o próximo capítulo de Análise de Dados e Informações. Esses temas propostos para análise de conjuntura se baseiam em **todos** componentes da

“riqueza” nacional que, comumente, é representada pelo Produto Interno Bruto (PIB) na teoria macroeconômica. Esses componentes podem ser apresentados na seguinte fórmula do PIB:

$$Y = C + I + G + EL$$

Onde:

Y = Produto Nacional = Renda Nacional (tendo o PIB como principal medida utilizada)

C = Consumo (Consumo do setor privado)

I = Investimentos (Gastos com equipamentos, estoques e construções + aquisições de imóveis)

G = Gastos do Governo (Consumo do setor público)

EL = Exportações Líquidas (Saldo de exportações menos importações de bens e serviços)

Dessa forma esta breve e resumida análise conjuntural neste artigo abrange todos esses componentes do PIB **são representados nos quatro correspondentes subtítulos** do próximo capítulo sendo que a Renda e Consumo são representados no componente C, os Investimentos no Componente I, a Situação Fiscal no componente G e a Situação Monetária abrange o EL por este afetar a moeda pelo lado do câmbio (que é a relação entre moeda nacional com as moedas estrangeiras).

A renda e consumo (tratadas no capítulo 4, tópico 4.1) são variáveis que permitem diversos ângulos de análise como: Renda Média das Famílias, Concentração de Renda, Salário Médio, Salário Mínimo, Consumo das Famílias, Consumo Médio, etc. Mas a extensão de uma análise conjuntural no formato de um artigo não se permite abranger todas estas dimensões. As dimensões principais são abordadas. E diversas outras variáveis, apresentadas nos demais tópicos do Capítulo 4, também tem dimensões que não serão tratadas neste artigo. Ou seja, pretende-se neste artigo apresentar um panorama “geral” informativo e analítico da conjuntura da atual Economia Brasileira.

4 ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Antes de entrar no tema específicos (dos respectivos subtítulos) decidiu-se por mencionar que o Banco Mundial (WORLD BANK, 2024) escreveu em seu site (texto original na língua inglesa) que:

“O PIB real do Brasil expandiu 2,9% em 2023, impulsionado pelo robusto consumo privado, ainda apoiado por um forte mercado de trabalho e estímulos fiscais às transferências sociais, e por um ambiente externo favorável que beneficia as exportações. Em 2024, o PIB deve crescer 1,7%, impulsionado pelos efeitos tardios do aperto monetário e um efeito de transição menor para o ano. A inflação convergirá gradualmente para 3,5% até 2025, ligeiramente acima da meta do Banco Central de 3% (+/-1,5 pontos percentuais), mas permitindo uma flexibilização gradual da política monetária e contribuindo para uma recuperação do crescimento em 2025 (2,2%)”.

Com relação ao PIB o autor deste artigo constatou que, ao fim do ano de 2022 e início do ano de 2023 a maior parte das diversas publicações da imprensa, bem como também quase a totalidade das previsões de instituições privadas, por meio de seus economistas, demonstravam que a expectativa de crescimento do PIB para o ano de 2023 ficavam em patamares bem inferiores aos 2,9% ao efetivamente auferido ao final do referido ano. E essa expectativa permaneceu na maior parte do ano pelos meses seguintes de 2023 até o ultimo trimestre.

Em suas previsões de futuro o Banco Mundial (WORLD BANK, 2024) afirma, durante o início de 2024, que:

“No futuro, espera-se que o crescimento real do PIB modere para cerca de 2% no médio prazo. A pobreza, medida na linha de pobreza de US\$ 6,85 per capita por dia, diminuiu de 23,5% em 2022 para 21,3% em 2023, explicada por melhorias nas condições econômicas e políticas de proteção social, como o programa Bolsa Família.

E, com relação a “solidez” dos fundamentos macroeconômicos o Banco Mundial inferiu que:

“Grande parte dos fundamentos macroeconômicos do Brasil permanecem sólidos, com grandes reservas internacionais, dívida externa baixa, um banco central confiável, um sistema financeiro resiliente e flexibilidade cambial. Além disso, o Brasil iniciou a primeira fase de uma tão esperada reforma dos impostos indiretos, cuja legislação será elaborada em 2024. Espera-se que a reforma dos impostos indirectos melhore o ambiente empresarial através da simplificação fiscal e aumente a produtividade.”

Nos próximos subtítulos deste capítulo de análise detalha-se a análise por componentes do PIB como já relatado.

4.1 Renda e Consumo

A longo prazo a evolução das variáveis macroeconômicas Renda e Consumo são profundamente afetadas pela evolução dos indicadores de produtividade e pelos fatores que conduzem ao crescimento sustentável tais como, por exemplo, tecnologia e inovação aplicadas na otimização da situação do meio ambiente e do seu uso. Isto é reforçado por uma publicação do Banco Mundial (WORLD BANK, 2024) que relata: “Alcançar níveis mais elevados de produtividade e crescimento sustentável continua a ser um desafio fundamental que se tornou mais urgente e exigirá medidas mais ousadas. O crescimento da produtividade na indústria e nos serviços está estagnado há 20 anos e as projeções de crescimento permanecem abaixo dos pares dos países de renda média alta. Enquanto o setor agrícola registrou ganhos de produtividade (por meio de investimentos em inovação, tecnologia e logística comercial, além de incentivos governamentais setoriais) e sustentou a posição do Brasil como o terceiro maior exportador agrícola e de alimentos do mundo, parte desse sucesso dependeu de métodos agrícolas extensivos que ameaçam importantes biomas e biodiversidade”.

Na referida publicação do Banco Mundial, condizente com o pensamento econômico do autor deste artigo, está claro que o Brasil não pode depender de booms de commodities e maiores insumos de terra e mão de obra para alcançar o status de alta renda. “Em vez disso, precisa de passar da acumulação de fatores para um modelo de crescimento orientado para a produtividade hipocarbônica, impulsionado por uma educação de alta qualidade e infraestruturas modernas, incluindo digitais, para criar mais e melhores empregos. O Brasil também poderia atuar como um hub global de inovação por meio de mais competição, maior abertura ao comércio e integração com cadeias de valor regionais e globais” (WORLD BANK, 2024). Ou seja, investir em Ciência, Tecnologia, Educação e Inovação é fundamental para que os fatores propulsores da Renda e, por conseguinte, do Consumo sejam otimizados; como já relatado acerca da produtividade.

O Banco Central do Brasil publica rotineiramente em seu site oficial o Relatório Focus (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024) que é um relatório que resume as estatísticas calculadas considerando as expectativas de mercado coletadas até a sexta-feira anterior à sua divulgação. Este é divulgado toda segunda-feira e é coletado junto a analistas de diversas instituições, em sua maioria privadas e do mercado

financeiro. O relatório traz a evolução gráfica e o comportamento semanal das projeções para índices de preços, atividade econômica, câmbio, taxa Selic, entre outros indicadores. As projeções são do mercado, não do Banco Central que apenas concede publicidade e o utiliza, conjuntamente com outras informações, para suas decisões institucionais. Dentre todos os referidos indicadores divulgados pelo Relatório Focus o que mais “indicaria” a possível evolução das variáveis Renda e Consumo é o PIB e, observa-se pelos dados do Relatório de 10 de maio de 2024 é que a previsão de crescimento para o PIB em 2024 variou de 1,95%, quatro semanas antes para 2,09% em 10 de maio.

Outro indicador importante para verificar conjuntura de curtíssimo prazo é o IBC-Br que é um indicador que sinaliza tendência de evolução do PIB. A “revista Isto é Dinheiro” (ISTO É DINHEIRO, 2024) publicou em 15 de maio de 2024 em seu site que este índice registrou retração de 0,34% em março na comparação com o mês anterior, segundo dados dessazonalizados divulgados pelo BC e também que apesar da queda no mês, no acumulado do primeiro trimestre houve expansão de 1,08%. Sob a ótica analítica a tendência trimestral teria menos sazonalidade que a tendência de um mês específico o que significou que apesar do resultado de março a expectativa de crescimento no Relatório Focus, que é semanal, não apresentou alteração indicando ainda a previsão de crescimento do PIB para 2024 em 2,09%.

O nível de desemprego e sua tendência evolutiva é um outro indicador fundamental para se analisar as variáveis Renda e Consumo. Em seu site a Infomoney (INFOMONEY, 2024) publicou em 06 de maio de 2024 o denominado indicador “Antecedente de Emprego (IAEmp)” o qual subiu em abril e atingiu o maior nível em um ano e meio, mostrando um cenário positivo para o mercado de trabalho, de acordo com os dados divulgados no mesmo dia pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Esse indicador antecipa os rumos e tendência do mercado de trabalho no Brasil; o qual avançou 0,7 ponto em abril, para 80,2 pontos, maior nível desde setembro de 2022 (83,8 pontos). Quatro dos sete componentes do referido indicador contribuíram para alta em abril. Os destaques positivos foram Tendência dos Negócios da Indústria, que contribuiu com 0,9 ponto, e o indicador de Emprego Previsto de Serviços, com 0,5 ponto. Verifica-se que a indústria apresentou a melhor perspectiva de melhoria no emprego.

Com relação ao indicador de desemprego o IBGE divulgou em 31 de janeiro de 2024 o nível de fechamento no final do ano de 2023 que foi de 7,8% (UOL, 2024), de acordo com dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Demonstra-se na mesma publicação que o número é inferior ao do fechamento do ano de 2022, quando a taxa de desocupação foi de 9,6%. Havendo assim retração de 1,8 ponto percentual (p.p.) até o fechamento de 2023. Ao final do primeiro trimestre de 2024 o indicador variou um pouco para 7,9%, mas pode-se inferir que essa leve variação se deve a questões de

sazonalidade comparado aos altos níveis de emprego normalmente decorrente das festas e eventos de fim de ano. E, o nível desse primeiro trimestre foi o melhor dos últimos dez anos. Pois é o menor número desde 2014, quando a taxa foi de 7%. A série histórica tem início em 2012 (UOL, 2024).

Ao se tratar das variáveis emprego e desemprego é importante também se avaliar o trabalho informal (sem carteira de trabalho ou microempreendedor sem registro). O país registrou uma taxa de informalidade de 39,1% no mercado de trabalho no trimestre até agosto de 2023 (CNN BRASIL, 2023). Havia 38,933 milhões de trabalhadores atuando na informalidade no período, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo IBGE (CNN BRASIL, 2023).

Com relação a ao rendimento real habitual (maioria salário ou honorários) o valor médio foi de R\$ 2.979,00 no ano passado (UOL, 2024). Com isso, o valor se aproxima do maior patamar da série histórica, que foi de R\$ 2.989,00 em 2014. Houve um aumento de 7,2% (R\$ 199) na comparação com o ano de 2022. Esse aumento foi superior a inflação do ano de 2023 a qual foi de 5% (G1, 2024). Sendo assim conclui-se que houve crescimento real da renda média das famílias.

Partindo-se da premissa que a renda real evoluiu positivamente no ano passado de 2023, bem como também com a queda do desemprego, conforme se relata nos parágrafos anteriores, espera-se que essas duas tendências tivessem também influência favorável na evolução do consumo das famílias. E, assim se constatou pois o IBGE divulgou um avanço 3,1% em 2023 em relação ao ano anterior, segundo os dados do PIB divulgados pelo IBGE em 01 de maio de 2024 (VEJA, 2024). Este resultado pode ser entendido pela melhoria geral das condições do mercado de trabalho, exemplificados pelo aumento de pessoal empregado e do rendimento real, além da desaceleração da inflação. A melhoria dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, em 2023 também contribuiu para evolução positiva destas variáveis. Segundo o site governamental GOV.br (GOV.br, 2024) a cada dólar investido no programa Bolsa Família gera-se outros 2,16 na economia e, segundo os mesmos, nos lugares onde o Bolsa Família se expandiu de forma mais consolidada, constatou-se aumento maior do consumo, dos empregos, do número de contas bancárias e da arrecadação de impostos (GOV.br, 2024).

É importante ressaltar que enquanto se escrevia e finalizava este artigo, no mês de maio de 2024, estava ocorrendo uma catástrofe climática no Estado do Rio Grande do Sul com duração de vários dias e cuja aferição de impacto no PIB pode ser complexa. Por um lado, pode-se causar uma diminuição imediata na produção econômica devido à destruição de infraestrutura e interrupção das atividades econômicas. Por outro lado, daqui algum tempo a atividade de reconstrução e recuperação pós desastre podem ter

efeitos em possível aceleração da atividade econômica. Sendo assim, devera-se acompanhar nas próximas semanas e meses a evolução dos indicadores de tendência de conjuntura.

4.2 Investimentos

Primeiramente ressalta-se que o conceito de investimentos aqui utilizado refere-se a variável macroeconômica do mesmo. Ou seja, **não se trata** de conceito relacionado a aplicações em mercado financeiro mas refere-se a conceito relacionado aos dispêndios que exclusivamente impactam na evolução da da quantidade e qualidade da produção de bens ou serviços e/ou na formação e aumento do capital não-financeiro. E aqui utiliza-se do indicador macroeconômico de Investimentos denominado Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Segundo reportagem do Infomoney, publicada em 16 de maio de 2024, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), **uma medida dos investimentos no PIB**, teve uma elevação de 3,4% no primeiro trimestre ante o mesmo período do ano anterior (INFOMONEY, 2024). Na referida publicação informa-se que o Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas – FGV escreveu a seguinte nota: “Com a expectativa de continuidade da redução dos juros ao longo de 2024 e com a base de comparação muito negativa para os demais trimestres de 2023, há a perspectiva de que estes resultados positivos sigam sendo observados na FBCF ao longo de 2024” (INFOMONEY, 2024). Dessa forma a taxa de investimento da economia subiu para 18,4% do PIB no primeiro trimestre.

Um exemplo relevante que corrobora a evolução positiva da variável “Investimentos” é o fato que dia 12 de abril de 2024 a indústria automotiva anunciou um investimento de R\$ 125 bilhões até 2032, com focos no aumento da produção anual de veículos dos atuais 2,3 milhões de veículos para 3,8 milhões e a descarbonização do setor (CBN ECONOMIA, 2024). Esta é uma indústria que, além de sua relevância na Economia Brasileira, tem milhares de fornecedores, englobando peças, autopeças, aço, etc. Assim este investimento terá efeito multiplicador de investimentos em outras indústrias fornecedoras e, por conseguinte, nos fornecedores destas indústrias de aço, peças, etc.

Outro ponto muito positivo é a aprovação da reforma tributária de 2023 que, se bem regulamentada nos próximos meses no Congresso Nacional, poderá ser um incentivo ainda maior para os investimentos pela facilitação dos negócios e da previsibilidade.

Esses dados e informações significam que, se não houver crises financeiras e geopolíticas significativas que afetem a Economia global e/ou brasileira pode-se inferir que a tendência tende a ser positiva para o curto e médio prazo dos Investimentos.

4.3 Situação Fiscal

Em seu site de avaliação econômica o Banco Mundial (WORLD BANK, 2024) escreveu: “...o déficit primário das administrações públicas atingiu 2,3% do PIB em 2023, de um excedente de 1,2% em 2022, enquanto a dívida está em 74,3% do PIB, acima dos 71,7% em 2022. Os desafios estruturais para a economia brasileira incluem um sistema tributário ainda complexo, um ambiente de negócios pesado que desestimula o empreendedorismo, baixa poupança e investimentos em infraestrutura e integração limitada nos mercados globais que restringem a inovação e dificultam a competitividade. Prevê-se que os desafios relacionados com o envelhecimento, em particular nos domínios da saúde e das pensões, pressionem as finanças públicas.” Sendo assim para se conter uma trajetória de crescimento da dívida pública é imprescindível que o setor público federal, estadual e municipal tenham, em conjunto, de obter superávits primários suficientes para ir quitando o serviço da dívida (juros e principal da dívida) para determinar tendência preferencialmente de queda no percentual da dívida pública com relação ao PIB, ou no mínimo, estabiliza-la.

Conforme apurado por publicação da CNN Brasil (CNN BRASIL, 2024): “a dívida bruta do Brasil registrou aumento em março de 2024, mas ainda ficou abaixo do esperado, enquanto o setor público consolidado brasileiro contrariou as expectativas e apresentou superávit primário, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira pelo Banco Central. A dívida pública bruta do país como proporção do PIB fechou março em 75,7%, contra 75,5% no mês anterior. Já a dívida líquida foi a 61,1%, de 60,9%. As expectativas em pesquisa da Reuters eram de 75,8% para a dívida bruta e de 61,3% para a líquida. Em março de 2024, o setor público consolidado registrou um superávit primário de 1,177 bilhão de reais, contra expectativa de economistas consultados em pesquisa da Reuters de um saldo negativo de 1,55 bilhão de reais.”

O autor destaca que as publicações de imprensa ou do mercado financeiro não concedem destaque a um assunto extremamente relevante para análise da situação fiscal do país que é **um fato de Política Monetária** que é a situação de altas taxas de juros determinadas e mantidas pelo Banco Central do Brasil, com intuito de contenção inflacionária. Alta taxa de juro básica (SELIC) na Economia significa

proporcionalmente mais altas despesas governamentais com o pagamento de juros anuais da dívida pública. Despesas que, nos últimos anos, permanecem no patamar entre 500 bilhões e 1 trilhão de reais. Essa questão de juros se refere ao próximo subtítulo de Situação Monetária (Política Monetária), mas que afetam sobremaneira a situação fiscal ao sobrecarregar os orçamentos públicos com essa despesa extremamente relevante e elevada de centenas de bilhões de reais por ano. Isto por representar uma das maiores despesas públicas juntamente com as despesas de Previdência Social. Um ponto percentual a menos na taxa de juros básica da Economia (Taxa Selic) podem significar dezenas de bilhões de reais a menos de despesas financeiras nos orçamentos públicos federais, estaduais e municipais.

Mas uma eventual queda da taxa de juros, apesar de beneficiar a situação fiscal e aumentar o consumo e, por conseguinte, o crescimento do PIB, pode gerar efeito na estabilidade e metas inflacionárias. Essa discussão dever-se-ia ampliar para se modular melhor a política monetária e, por consequência, a política fiscal. Mas **supõe-se** que haja interesses de parte poderosa e/ou influente da sociedade composta por “rentistas” (“no mercado financeiro principalmente”) que desejam e influenciam (via publicação de opiniões e supostos lobbies) para manutenção de altas taxas de juros. Sendo assim o autor opina que deveria ser tema mais presente em publicações de imprensa e acadêmicas e sugere que a sociedade se engaje mais nessa discussão.

Uma evidência de que a taxa de juros básica no Brasil está em patamar mais alto do que deveria é que o país, apesar de sua “solidez” macroeconômica, comparada a grande maioria dos países subdesenvolvidos, tem permanecido nos últimos anos, com taxa de juros entre as dez mais altas do mundo. E estamos longe de estar entre os dez piores em estabilidade inflacionária para que tenhamos tão alta taxa de juros. Apesar de importante para contenção da inflação esse nível, comparativamente alto, tem efeitos negativos severos nos gastos com a dívida pública e no crescimento do PIB, o qual poderia estar em maior patamar.

Esse tema da Situação Fiscal deveria ser tratado em maior profundidade através de artigos específicos por sua extensão, relevância, complexidade e impacto.

4.4 Situação Monetária

Neste subtítulo analisa-se a situação monetária que refere-se a análise dos fatores que afetam principalmente a moeda tais como inflação, taxa de juros, taxas de câmbio.

A política monetária brasileira com viés perceptivelmente contracionista (“política conservadora”) tem contribuído para melhorar as metas de estabilização da economia no sentido de se reduzir riscos inflacionários e outros tipos de risco. Principalmente a taxa de juros tem sido utilizada pelo Banco Central para controle da inflação mantendo estabilidade financeira no sentido de redução de riscos, o qual é um dos maiores desejos de investidores tanto especulativos quanto os que privilegiam a produção. Isto porque inflação mais alta retira a estabilidade e previsibilidade desejadas por investidores no setor produtivo de bens e serviços. Mas, por outro lado, altas taxas de juros elevam ganhos de renda fixa e outros tipos de aplicações financeiras, o que pode estimular mais os investidores a concederem maiores graus de prioridade aos investimentos financeiros em detrimento dos investimentos produtivos. Esse é um dos efeitos negativos de se manter altas taxas de juros apesar de seu efeito positivo da manutenção da tão importante estabilidade financeira.

Outro efeito negativo da manutenção de mais altas taxas de juros, já discutido previamente no subcapítulo anterior, é que se acelera o crescimento da dívida pública federal, estadual e municipal e, por conseguinte, reduz-se ainda mais a capacidade de manutenção do investimento público em áreas essenciais como infraestrutura, educação e saúde. E, uma trajetória de crescimento mais alto da dívida pública contribui ainda mais para redução da motivação de investidores na produção pelo risco envolvido de se causar crises futuras decorrentes pela redução de confiança do setor público honrar seus compromissos e, eventualmente vir a desestabilizar de forma crescente o sistema financeiro. Ou seja, no curto prazo o sistema financeiro pode aumentar seus ganhos com alta taxa de juros mas no longo prazo isso pode gerar calotes crescentes tanto do setor privado quanto público e até mesmo gerar crises econômicas súbitas e sistêmicas. Uma dívida pública que cresce pelas altas taxas de juros pode também afetar a percepção de risco de investidores estrangeiros com relação ao Brasil e reduzir taxas de crescimento do investimento externo no país.

Recentemente e há poucos anos o Banco Central, instituição responsável pela política monetária do país, tornou-se **teoricamente independente** da interferência do governo federal e, **a princípio**, isso seria positivo para a estabilidade macroeconômica. Afirma-se “a princípio” porque esse autor supõe, com alto grau de certeza, que **não há garantias** que o sistema financeiro e os rentistas não possam influenciar de alguma forma o Comitê de Política Monetária (COPOM) na trajetória de manutenção das taxas de juros entre as dez mais altas do mundo por questões de interesses corporativos e individuais. Legalmente e, **na teoria**, o Banco Central seria totalmente independente, mas **na prática** esse autor lança a reflexão: O mercado financeiro e “rentistas” influenciam ou não “**as mentes**” e **opiniões** dos diretores do Banco Central do Brasil em seu processo decisório? Deve-se ressaltar que, por mais que os diretores usem da

técnica econômica, esta tem elementos extremamente relevantes de subjetividade (como previsões, etc) no julgamento desses decisores do Banco Central pois a Ciência Econômica não é ciência exata e depende do comportamento mutável de todas pessoas físicas e jurídicas do país.

Em decorrência da extensão do assunto privilegiou-se a análise da ferramenta “Taxa de Juros Básica (SELIC) de Política Monetária que é a que mais afeta a conjuntura nos curto e médio prazos. Como a inflação tem se mantido, nos últimos anos, em níveis próximos da “razoabilidade” tendo-se em vista a inflação nos demais países do mundo não se aprofundou nesse indicador. O autor sugere que as demais ferramentas de Política Monetária sejam temas específicos e aprofundados de outros artigos e não de uma breve análise de conjuntura econômica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil não pode depender de booms de commodities e maiores insumos de terra e mão de obra para alcançar o status de alta renda equivalente de um país desenvolvido pois necessita-se ir muito além do extrativismo e privilegiar atividades que agregam valor como as indústrias criativas, tecnologia, inovação e educação. Para se potencializar ainda mais a evolução econômica do país precisa-se de ir além dessa acumulação de fatores. E para isso gerar também um modelo de crescimento sustentado e orientado para a produtividade hipocarbônica. Tudo isso tendo como base o estímulo a uma educação de alta qualidade e infraestruturas modernas, incluindo digitais, para criar mais e melhores empregos. O Brasil também poderia repensar, através de seus empreendedores e políticos, em atuação como um hub global de inovação por meio de mais competição, maior abertura ao comércio e integração com cadeias de valor regionais e globais.

Em termos agrícolas o Banco Mundial afirma (WORLD BANK, 2024) que: “O setor agrícola tem espaço para conter o desmatamento e ampliar o uso da terra inteligente para o clima, aumentando ainda mais sua produtividade. Além disso, dada sua matriz energética de baixo carbono, o Brasil pode descarbonizar transportes, indústria e cidades ("descarbonização profunda") a um custo líquido muito baixo, de cerca de 0,5% do PIB ao ano, acima dos custos "business as usual", em média, até 2050. Isso posicionaria muito bem o Brasil para integrar seus negócios à economia verde do futuro.”

Como já mencionado no texto haveria de se ter reflexão estrutural dos motivos que conduzem o país a ser um dos dez piores países do mundo em termos de altas taxas de juros. Isso conduz a um patamar mais reduzido no investimento público e privado em infraestrutura, educação, tecnologia, etc pois além de aumentar os gastos públicos em juros em centenas de bilhões de reais haveria, proporcionalmente, mais estímulo para investimentos em aplicações financeiras do que no investimento produtivo. E, se permanecer essa condição, a concentração de renda e disparidades sociais não são reduzidas de forma adequada.

Como já mencionado, enquanto se escrevia este artigo no mês de maio de 2024, acontecia uma gravíssima catástrofe climática no Estado do Rio Grande do Sul. Isso tem impactado severamente as atividades econômicas e o patrimônio de grande parte das pessoas físicas e jurídicas residentes nas localidades mais atingidas. E não se tinha dados e informações suficientes para confecção de uma análise completa dos impactos nas variáveis macroeconômicas dos próximos meses e anos. Assim esse evento relevante deverá ser incluído nas análises conjunturais futuras na medida que os dados e informações fiquem mais precisos e apurados.

Sugere-se também que essas situações conjunturais econômicas sejam mais pesquisadas e divulgadas para que, tendo-se maior nível de conhecimento a sociedade brasileira como um todo possa influenciar **de forma mais otimizada** as decisões no sentido de maior desenvolvimento econômico, social e qualidade de vida.

5 REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Focus. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>>. Acesso em 14 de maio de 2024.

CBN ECONOMIA. Indústria automotiva anuncia investimento de R\$ 125 bilhões até 2032 no setor. Disponível em: <<https://cbn.globo.com/economia/noticia/2024/04/12/industria-automotiva-anuncia-investimento-de-r-125-bilhoes-ate-2033-no-setor.ghtml>>. Acesso em 17 de maio de 2024.

CNN BRASIL. Dívida bruta do Brasil sobe a 75,7% do PIB em março; setor público tem superávit primário. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/divida-bruta-do->

[brasil-sobe-a-757-do-pib-em-marco-setor-publico-tem-superavit-primario/?utm_source=social&utm_medium=twitter-feed&utm_campaign=economia-cnn-economia&utm_content=link](https://www.cnnbrasil.com.br/economia/quase-39-milhoes-de-brasileiros-estao-na-informalidade-aponta-ibge/)>. Acesso em 15 de maio de 2024.

_____ Quase 39 milhões de brasileiros estão na informalidade, aponta IBGE. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/quase-39-milhoes-de-brasileiros-estao-na-informalidade-aponta-ibge/>>. Acesso em 17 de maio de 2024.

G1. Banco Central eleva para 5% estimativa de inflação em 2023 e vê chance maior de estouro da meta. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/15/bc-ve-57percent-de-chance-de-estouro-da-meta-de-inflacao-em-2023-se-confirmado-sera-o-3o-ano-seguido.ghtml>>. Acesso em 15 de maio de 2024.

GOV.br. Aumento do consumo das famílias contribui para crescimento de 2,9% do PIB. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/aumento-do-consumo-das-familias-contribui-para-crescimento-de-2-9-do-pib>>. Acesso em 17 de maio de 2024.

INFOMONEY. Antecedente de emprego registra nível mais alto em 18 meses em abril, mostra FGV. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/antecedente-de-emprego-registra-nivel-mais-alto-em-18-meses-em-abril-mostra-fgv>>. Acesso em 16 de maio de 2024.

_____ Monitor do PIB da FGV aponta alta de 0,7% no 1º tri ante o trimestre anterior. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/monitor-do-pib-da-fgv-aponta-alta-de-07-no-1o-tri-ante-o-trimestre-anterior/>>. Acesso em 17 de maio de 2024.

ISTO É DINHEIRO. IBC-Br: Economia cai em março, mas cresce 1,08% no 1º trimestre, aponta 'prévia do PIB' do BC. Disponível em: <<https://www.msn.com/pt-br/dinheiro/economia-e-negocios/ibc-br-economia-cai-em-mar%C3%A7o-mas-cresce-108-no-1%C2%BA-trimestre-aponta-pr%C3%A9via-do-pib-do-bc/ar-BB1mqOGV?ocid=BingNewsSearch>>. Acesso em 15 de maio de 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2010.

UOL. Desemprego cai para 7,8% em 2023, o menor patamar desde 2014. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/01/31/pnad-2023-dados-desemprego-brasil.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

VEJA. PIB: consumo das famílias avança 3,1% em 2023. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/pib-consumo-das-familias-avanca-31-em-2023/>
https://veja.abril.com.br/economia/pib-consumo-das-familias-avanca-31-em-2023/#google_vignette>. Acesso em 17 de maio de 2024.

WORLD BANK. Overview. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/country/brazil/overview>>. Acesso em 14 de maio de 2024.